



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - EAD

JENNIFER LIBÉRIA RIBEIRO CAMPOS

A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À EDUCAÇÃO

DIAMANTINA – MG

2023

JENNIFER LIBÉRIA RIBEIRO CAMPOS

A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do Diploma de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Me. Renan Nunes Aguiar

DIAMANTINA – MG

2023

JENNIFER LIBÉRIA RIBEIRO CAMPOS

A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Me. Renan Nunes Aguiar (Orientador)

Profa. Me. Daniela Marcelino (componente da banca examinadora)

Prof. Esp. Julio Cesar Giroldo (componente da banca examinadora)

Diamantina – MG, julho de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua bondade, pois se cheguei até aqui devo a Ele. Agradeço ao meu pai, pelas inúmeras vezes que me levou para fazer as avaliações e a minha mãe por ser meu ponto de calma sempre que preciso. Aos dois agradeço pelo apoio de sempre. Ao meu irmão agradeço pela amizade e parceria que temos, ela me fortalece.

Agradeço também a todos os professores que tive a oportunidade de conhecer durante o curso. Obrigada a todos por não medirem esforços para ajudar aos discentes e pelas inúmeras iniciativas que tiveram para que pudéssemos sentir uma maior proximidade, quebrando a solidão do EaD. Agradeço também pelas inúmeras partilhas realizadas durante as webconferências, os ensinamentos ali apresentados serão utilizados não só na área profissional, mas também na vida.

Agradeço aos colegas de curso, por segurarem a mão dos demais para que prosseguissem firme. Em especial, agradeço as colegas Ana, Ivani, Elani e Marcella pelos nossos grupos de trabalhos.

A minha amiga Mariana pela amizade que construímos no trabalho e a minha amiga Jussara, por ser a melhor amiga que eu poderia ter.

Aos professores que tive o prazer de conviver durante a realização dos estágios. Foi enriquecedor a partilha do dia a dia escolar com eles, agregou muito para minha formação profissional.

Aos familiares e conhecidos que ficaram felizes pelas minhas conquistas e me incentivaram a persistir.

A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À EDUCAÇÃO

RESUMO

O presente trabalho trata-se um estudo de pesquisa bibliográfica sobre o tema a importância do acesso à educação. Realizou-se um estudo de publicações postadas no Scielo e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações sobre o assunto. Também foi utilizado o Google Acadêmico. Foram selecionadas publicações da literatura brasileira, através da utilização de palavra-chave e a seleção final se deu a partir da leitura dos resumos. O objetivo desta pesquisa é buscar através da literatura a importância do acesso à educação e que seja garantido esse direito, com o objetivo de analisar a desigualdade da educação oferecida e a importância da educação de qualidade. Através das pesquisas realizadas foi possível identificar a educação como um direito essencial e que a negação desse direito seria o mesmo que negar a dignidade humana. Houve a identificação da importância não somente do acesso à educação, mas também a garantia que ela seja de qualidade. A pesquisa analisou as diferentes concepções de educação que são ofertadas para a população mais pobre e para a população mais rica. Foi possível concluir que a educação é um direito de extrema importância e que não somente deve ser ofertado as vagas, mas deve ser assegurado a garantia do ensino de qualidade. As revisões das literaturas permitiram analisar os dois objetivos que a educação possui para determinados grupos: assegurar o mínimo para sobrevivência e ser uma oportunidade de ter acesso aos conhecimentos adquiridos pela humanidade. Essa dualidade da educação contribui para que a desigualdade seja perpetuada e vista como algo que não pode ser reparado.

Palavras-Chave: Direito à educação. Educação. Educação de qualidade. Importância da educação.

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNTE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PSD	Partido Social Democrático
Saeb	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
Scielo	<i>Scientific Eletronic Library OnLine</i>

SUMÁRIO

RESUMO	iv
INTRODUÇÃO	1
1 A EDUCAÇÃO E O SEU ACESSO AO LONGO DA HISTÓRIA NO BRASIL... 2	2
1.1 A história da educação no Brasil	3
1.1.1 Período Imperial	4
1.1.2 Primeira República	5
1.1.3 Era Vargas	6
1.1.4 República Populista	7
1.1.5 Regime Militar	7
1.2 A educação nos dias atuais	8
2 METODOLOGIA	11
3 O DIREITO À EDUCAÇÃO	14
3.1 Educação de qualidade	15
3.2 A educação e a desigualdade	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

A educação sempre esteve presente na vida do ser humano. É algo inerente do seu ser desde os primórdios, ela ocorre nos mais variados espaços. A escola é um ambiente considerado privilegiado para que a educação ocorra. Nela há o ensino formal, tendo um ensino com objetivos a serem alcançados (BRANDÃO, 1981).

Nem sempre o ensino ofertado nas escolas foi um direito de todos. A educação passou por diversas fases ao longo da história do país. Elas eram influenciadas pelo contexto histórico e pelos ideais da época. Atualmente, tivemos várias conquistas e a educação é garantida por lei como um direito para todos.

Deste modo, entendendo que a educação é um direito essencial e que é de suma importância que este direito seja realmente garantido, escolhi o meu tema para buscar analisar as seguintes questões: Qual a importância da educação? Quais as consequências da desigualdade no acesso à educação?

O objetivo geral deste trabalho é analisar a importância do acesso à educação de qualidade para todos. Os objetivos específicos são: identificar através dos artigos escolhidos qual a importância da educação e analisar qual a consequência do seu acesso negado.

Este trabalho está organizado em 4 capítulos. O primeiro capítulo é a educação e o seu acesso ao longo da história. Nele é iniciado o significado de educação e como a educação ocorreu no Brasil ao longo da sua história. A história da Educação no Brasil neste capítulo é dividida por fases de tipos de governos.

No capítulo 2, é abordado a metodologia optada para este trabalho. Foi escolhido a pesquisa bibliográfica, utilizando como banco de dados o Scielo e o BDTD. Também foi realizada pesquisas no Google acadêmico.

O terceiro capítulo, é citado os autores dos artigos selecionados para a realização da pesquisa. Este capítulo analisa a educação como um direito e traz leis que a garantem como tal. Nele também é identificado que o atual problema da educação não é mais a oferta de vagas, mas a garantia de um ensino de qualidade e por fim é apresentado como a educação pode ser um mecanismo de perpetuação da desigualdade. No último capítulo são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

1 A EDUCAÇÃO E O SEU ACESSO AO LONGO DA HISTÓRIA NO BRASIL

A educação é algo que faz parte da vida do ser humano. Ela está presente na humanidade desde os primórdios, nos mais diversos grupos sociais. Para Brandão:

a educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado (BRANDÃO, 1981, p. 13).

Segundo este autor “Ninguém escapa da educação” (BRANDÃO, 1981, p. 7). Assim, a educação é algo inevitável. Ela está em casa, nas praças, nas igrejas, nas escolas e nos mais variados lugares. A educação não ocorre somente no ambiente escolar, seja com intencionalidade ou não, ela realiza-se em cada espaço e tempo de formas distintas. Pois, diferentes espaços e tempos pedem educações diversas.

A educação irá se adequar a sociedade que está vigente. Como afirma Brandão:

em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais sem classes, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas (BRANDÃO, 1981, p. 9).

Este autor não aborda a educação, mas as educações. A educação é um instrumento que pode ser utilizado com diferentes intencionalidades. Há mesma pode exercer a função de mediar o conhecimento ou de controlar o mesmo. Pode haver a função de doutrinar, mas também de emancipar.

A escola é considerada um ambiente privilegiado para que a educação ocorra. Neste espaço ocorre um determinado tipo de educação: a educação formal. Gadotti, caracteriza esse modelo de educação como:

a educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação (GADOTTI, 2005, p.2).

No ambiente escolar a educação não é algo sem intencionalidade, ela possui objetivos. A formação e os conhecimentos que são mediados nas escolas partem de documentos norteiam a educação.

Considera-se a importância que os outros ambientes apresentam para a educação. Mas, a escola é uma instituição onde o saber produzido historicamente pela humanidade, tem a possibilidade de ser reproduzido e disseminado. Por isso, este trabalho tem o enfoque na educação escolar.

O Brasil passou por diversas mudanças ao longo da sua história, desde a chegada dos portugueses. As visões e necessidades da sociedade foram se transformando, novas organizações sociais foram surgindo e a educação ofertada também precisou acompanhar essas mudanças. Por isso, tivemos vários modelos educacionais ao longo da história do nosso país (GADOTTI, 2005, p.8).

1.1 A história da educação no Brasil

A história da educação no Brasil inicia-se com a chegada dos Jesuítas em 1549. Com a criação do Governo Geral, após as dificuldades com o regime de capitanias hereditárias, D. João III encontra a questão da catequização dos indígenas ao catolicismo e a sua instrução (RIBEIRO, 1992, p. 19).

Segundo Ribeiro “ em cumprimento a isto, chegam, com Tomé de Sousa, quatro padres e dois irmãos jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega (1549). (RIBEIRO, 1992, p. 19).

Aranha afirma:

Apenas quinze dias depois, os missionários já faziam funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola “de ler e escrever”. Era o início do processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil até o ano de 1759, ocasião em que os jesuítas foram expulsos pelo marquês de Pombal (ARANHA, 2006, p. 226).

Segundo esta autora, embora os jesuítas tivessem uma boa formação, eles enfrentaram grandes desafios. Primeiramente a catequização dos índios, pois eram um povo com costumes diferentes e desconhecidos. Os índios acabaram não se adequando a formação ofertada. Em segundo, as visões que os colonizadores tinham iam contra aquilo que os jesuítas acreditavam.

Os Jesuítas permanecerem no Brasil até o ano de 1759. Suas ideias divergiam do governo vigente e acabaram havendo conflitos de interesses entre ambos. Assim, marquês de Pombal, expulsou a Companhia de Jesus do país.

De acordo com Aranha,

nesse período de 210 anos, os jesuítas promoveram maciçamente a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra” (ARANHA, 2006, p. 226).

Para Ribeiro, surge com isso, um ensino público, propriamente dito. Não mais aquele financiado pelo Estado, mas que formava o indivíduo para a Igreja, e sim o financiado pelo e para o Estado. Marquês de Pombal buscava uma formação “mais moderna”, para que a elite conseguisse se adaptar aos interesses de Portugal.

1.1.1 Período Imperial

Em 1808, a família real chega ao Brasil. Em busca de fugir das perseguições francesas, ela toma essa decisão e vem acompanhada de cerca de dez mil pessoas. Assim, foram tomadas várias medidas, afim de atender as demandas da realeza e da elite. Como exemplifica Ribeiro:

A partir desta nova realidade (o Brasil como sede da Coroa Portuguesa) se fez necessária uma série de medidas atinentes ao campo intelectual geral, como: a criação da Imprensa Régia (13-5-1808), Biblioteca Pública (1810-franqueada ao público em 1814), Jardim Botânico do Rio (1810), Museu Nacional (1818). Em 1808 circula o primeiro jornal (A Gazeta do Rio), em 1812, a primeira revista (As Variações ou Ensaios de Literatura), em 1813, a primeira revista carioca – O Patriota (RIBEIRO, 1992, p. 40).

Para a educação são criados cursos, afim da preparação do pessoal para necessidades diversas. Como são afirmados pela mesma autora:

Em razão da revogação do Alvará de 1785, que fechara todas as fábricas, em 1812 é criada a escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros (MG); com estudos de botânica e Jardim Botânico anexos; o de química (1817), abrangendo química Industrial, geologia e mineralogia; em 1818, o de desenho técnicos. No Rio, o laboratório de química (1812) e o curso de agricultura (1814). Tais cursos deveriam formar técnicos em economia, agricultura e indústria (RIBEIRO, 1992, p. 40-41).

A criação desses cursos, marcaram o início do nível superior de ensino no Brasil. O ensino Imperial organizou-se em três níveis: primário, secundário e superior. O ensino primário, continuaram a serem ofertados pelas escolas de ler e escrever. Em relação ao ensino secundário, as Aulas Régias permaneceram (RIBEIRO, 1992, p. 41).

Em 1837, com o objetivo de se tornar modelo de ensino para o ensino secundário, é criado o Colégio Pedro II. Embora no Período Imperial realizou-se a busca da efetivação da educação elementar para o povo, não houve grandes conquistas. Como declara Santos e Silva:

Deste modo, a instrução elementar para a grande maioria da população não se efetivou durante todo o período imperial. Esses aspectos nos fazem concordar com a reflexão de Romanelli (2005) sobre as dificuldades do país de romper com uma herança cultural conservadora gestada desde o período colonial. Assim, e mais uma vez, nesse contexto, as medidas adotadas para efetivação da educação elementar para o povo, somente podem ser vistas como tentativas (SANTOS e SILVA, 2019, p.52).

1.1.2 Primeira República

Durante este período há a influência positivista na educação. Em 1890, durante o governo de Floriano Peixoto, é decretada a Reforma Benjamin Constant. Ela tinha como princípios a liberdade, a laicidade do ensino e a escola primária gratuita (RIBEIRO, 1992, p. 68).

Para Ribeiro, esta reforma “atingia, por força da descentralização reinante, a instrução pública primária e secundária no Distrito Federal e a instrução superior, artística e técnica em todo o território nacional” (RIBEIRO, 1992, p.68).

Ainda segundo este autor, tinha se o objetivo que os diferentes níveis de ensino busca-se formar os alunos e não apenas preparar para o ensino superior. Outro objetivo era a fundamentação na formação na ciência, eliminando a tradição humanista clássica (RIBEIRO, 1992, p. 69).

Durante o período da Primeira República foi passado por várias reformas sem uma busca por continuidade nas mesmas. Assim, as várias reformas propostas provocaram um aumento no índice de analfabetismo. No ano de 1920, mais da metade da população de quinze anos ou mais foi excluída da escola.

Com o desenvolvimento da população na zona urbana neste período, o analfabetismo se tornou um grande problema. Devido a necessidade de ler e escrever para o uso no trabalho. Desta forma, foram propostas campanhas para aumento das escolas primárias. Mas não houve muitos resultados, como analisa Ribeiro:

Pelos resultados, pode-se perceber que tais campanhas não representaram medidas radicais: o aumento de analfabetos em números absolutos e a manutenção do percentual indicam insuficiência de verbas e/ou insuficiência teórica no enfrentamento do problema (RIBEIRO, 1992, p. 68).

Nos anos 20, há uma insatisfação pela política vigente por parte do setor médio da população. Esse grupo fazem o movimento conhecido como “tenentismo”, tendo os militares como líderes. Esses acontecimentos influenciaram na mudança da organização escolar, tendo como modelo adotado o da Escola Nova.

1.1.3 Era Vargas

O governo Vargas (1930 – 1945), foi marcado pelo nacionalismo visando a emancipação econômica do país. No âmbito da educação também se tinha o princípio na nacionalização. Esse período foi marcado pela efetividade da industrialização do país e pela ideia da escola como sendo uma via para a reconstrução do país (BRITO, 2006).

Em 1934, foi promulgada uma Constituição que declarou a educação como direito de todos e sua gratuidade. Com o advento do Estado Novo (1937- 1945), foi marcado outro período na história da educação. Esta fase, propiciou um conjunto de reformas educativas, conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma Capanema (BRITO, 2006).

Foram realizadas seis reformas Orgânicas e foram conhecidas por Reforma Capanema por ser o sobrenome do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (BRITO, 2006).

Entre os objetivos do Estado Novo, tinham-se a ordenação da educação, a separação das competências dos Municípios, Estados e União, a conexão entre os diversos ensinos e a realização do ensino profissionalizante (CUNHA, 1981, p. 122).

Devido ao contexto que se encontrava o país, buscou-se através das reformas e o Estado Novo a nacionalização do ensino. Para Brito:

A nacionalização do ensino transformou-se em questão de segurança nacional, entendimento intensificado pelo clima de guerra do final dos anos 30 e de antifascismo que lhe seguiu, quando o Brasil se aliou à posição americana, tanto mais porque os núcleos coloniais de maior envergadura do país eram formados por colonos alemães e italianos, países considerados inimigos naquele contexto (BRITO, 2006).

Deste modo, durante a Era Vargas buscou-se o nacionalismo do ensino devido ao contexto histórico do período.

1.1.4 República Populista

A República Populista houve o seu início após a Segunda Mundial (1939-1945). Ela começou após a morte de Getúlio Vargas em 1945 e perdurou até o golpe militar em 1964.

Depois da morte de Getúlio, o primeiro partido a apresentar candidato foi o Partido Social Democrático (PSD), com o candidato Juscelino Kubitschek (JK). Seu governo foi marcado pela construção de Brasília e pelo famosa propaganda do cinquenta anos em cinco, o de foram determinados um programa de metas. Estas metas tinham 31 objetivos, divididos em seis grupos, sendo um deles a educação (PASSINATO, 2013, p.4).

Na educação, JK buscou dar ênfase no ensino técnico-profissional. Deste modo, não somente o ensino secundário iria ter foco para o preparo para o mercado de trabalho, mas também o ensino primário. De acordo com Passinato (2013, p. 7), “o espírito do desenvolvimento inverteu o papel do ensino público colocando a escola sob os desígnios diretos do mercado de trabalho”.

Em seu governo houve uma má distribuição dos professores e continuou com a falta de formação dos mesmos. Segundo Ghiraldelli Júnior (1991, p. 132), “em 1960, JK entregou ao seu sucessor um sistema de ensino tão elitista e antidemocrático quanto fora com Dutra e Vargas”.

No governo de João Goulart, em 1964, foi proposto o Plano Nacional de Alfabetização. Ele foi inspirado pelo método de alfabetização em 40 horas, de Paulo Freire. O objetivo do plano era alfabetizar 5 milhões de brasileiros até 1965. Ele porém, não teve prosseguimento, pois durante o regime militar o mesmo foi extinto (PASSINATO, 2013, p.7).

1.1.5 Regime Militar

A união entre empresários e militares resultou no golpe civil-militar, concluído no dia 1º de abril de 1964. Assim, o nacionalismo desenvolvimentista foi trocado pela doutrina da interdependência (SAVIANI, 2008, p. 294).

Após o golpe militar, o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) buscou organizar um simpósio sobre a reforma da educação. Foi criado um “documento básico” para orientar o simpósio. Eles consideravam que o investimento na educação contribuiriam para o aumento na produtividade e na renda. Neste sentido, a escola primária visava a capacitação para atividade prática, o ensino médio teria como objetivo a preparação de profissionais para o mercado de trabalho e o ensino superior a formação de mão de obra especializada (Souza, 1981, p. 67-68).

Outro evento organizado pelo IPES foi o Fórum “A educação que nos convém”. Ele visou apresentar a visão de educação adotada pelo regime militar. De acordo com Saviani:

O Fórum contemplou onze temas, sendo quatro abordando a educação de modo geral, seis tratando de “aspectos do ensino superior” e o último, definido como “conferência síntese”, versou sobre os “Fundamentos para uma política educacional brasileira” (SAVIANI, 2008, p. 296).

No ano de 1969, é instituída a Lei da Reforma Universitária. A partir dela buscou-se a privatização do ensino superior. Contribuindo para o aumento das instituições particulares, havendo expansão do ensino superior.

A Lei também proporcionou mudanças nas estruturas dos cursos. Houve se a mudança de matérias para disciplinas. Sendo elas distribuídas, de acordo com o seu currículo, em três modalidades: obrigatórias, optativas e eletivas. Deste modo, alunos de diferentes cursos poderiam cursar a mesma disciplina

Outra mudança, foi a duração das disciplinas, que passou de anual para semestral. Esta mudança provocou uma redução no tempo para que o professor pudesse desenvolver o seu trabalho.

1.2 A educação nos dias atuais

Após o fim do regime militar (1964-1985), há se uma busca pelo redescobrimto do ideal de Brasil.

Em 1988, é aprovada a Constituição Federal que traz grandes marcos para a educação. Como o direito a educação para todos, sendo a sua promoção dever do Estado e da família (CONSTITUIÇÃO, 1988).

De acordo com Guimarães (2015, p. 10), os anos de 1990 iniciou-se com a perspectiva da década da educação. Nesse mesmo ano, é realizado a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”. O evento propôs um projeto educacional mundial, tendo como objetivo o ensino pautado para satisfazer as necessidades básicas.

Ainda segundo este autor:

Os governos democráticos da década de 90 se apoiaram em modelos neoconservadores tomados por ideais de flexibilização da economia interna para as transnacionais estrangeiras, comprometimento com a educação básica, por ser esta a principal porta de geração de conhecimentos Técnico-Científico, criação de uma nova moeda com comportamentos econômicos que satisfizessem as grandes potências econômicas (GUIMARÃES 2015, p. 10).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2001), ocorreu a pressão dos agentes internacionais para saber os resultados da educação nacional. Então o país criou sistemas como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica- Saeb. Eles ainda são utilizados atualmente para avaliar a qualidade da educação (GUIMARÃES, 2015, p. 10).

No ano de 1996 é aprovada a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira). Ela é considerada a lei mais importante da educação. Pois define todas as diretrizes do ensino da educação nacional em suas diferentes etapas e modalidades.

Ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foram criados vários programas. São exemplos: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Nos anos de 2001 até 2010 ficaram vigente o Plano Nacional de Educação (PNE). Nele foram apresentados 295 metas gerais para a educação. Atualmente um novo PNE foi iniciado em 2014, contendo 20 metas educacionais a serem cumpridas até o ano de 2024. Nele também são apresentados 254 estratégias para alcançar as metas.

Em 20 de dezembro de 2017, houve no país a homologação da Base Nacional Comum Curricular. Ela define quais são as aprendizagens essenciais para cada etapa e modalidade de ensino. Deste modo, ela trata da parte comum do currículo de aprendizagem de todos os estudantes e está em conformidade com o PNE (BRASIL, 2018).

2 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica estuda obras já publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho do pesquisador. Este tipo de pesquisa faz uma análise criteriosa dos textos já publicados sobre a teoria que irá ser defendida (SOUSA, OLIVEIRA E ALVES, 2021).

De acordo com estes autores:

A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados (SOUSA, OLIVEIRA E ALVES, 2021, p. 65-66).

Deste modo, a pesquisa bibliográfica não se trata da cópia dos trabalhos já publicados sobre o assunto. Mas, de uma escolha criteriosa dos documentos e de uma análise crítica dos mesmos. O pesquisador deve estudar os instrumentos escolhidos, buscando dar novas contribuições.

A pesquisa qualitativa aborda o estudo de aspectos sociais. Para González “O pesquisador, na pesquisa qualitativa, é assumido como um sujeito que pensa, percebe, sente, expressa interesse pelo assunto que deseja pesquisar” (GONZÁLEZ, 2020, p. 160).

Para este estudo foi adotado a metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa. Foi optado por este tipo de pesquisa por ela proporcionar a análise de estudos já publicados sobre o tema proposto: a importância do acesso à educação.

Foi utilizado como base de dados o Scielo (Scientific Eletronic Library OnLine) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Também foi usado o Google Acadêmico. Para a coleta dos dados foram utilizadas as seguintes palavras-chave: educação, importância da educação, desigualdade e educação, direito à educação.

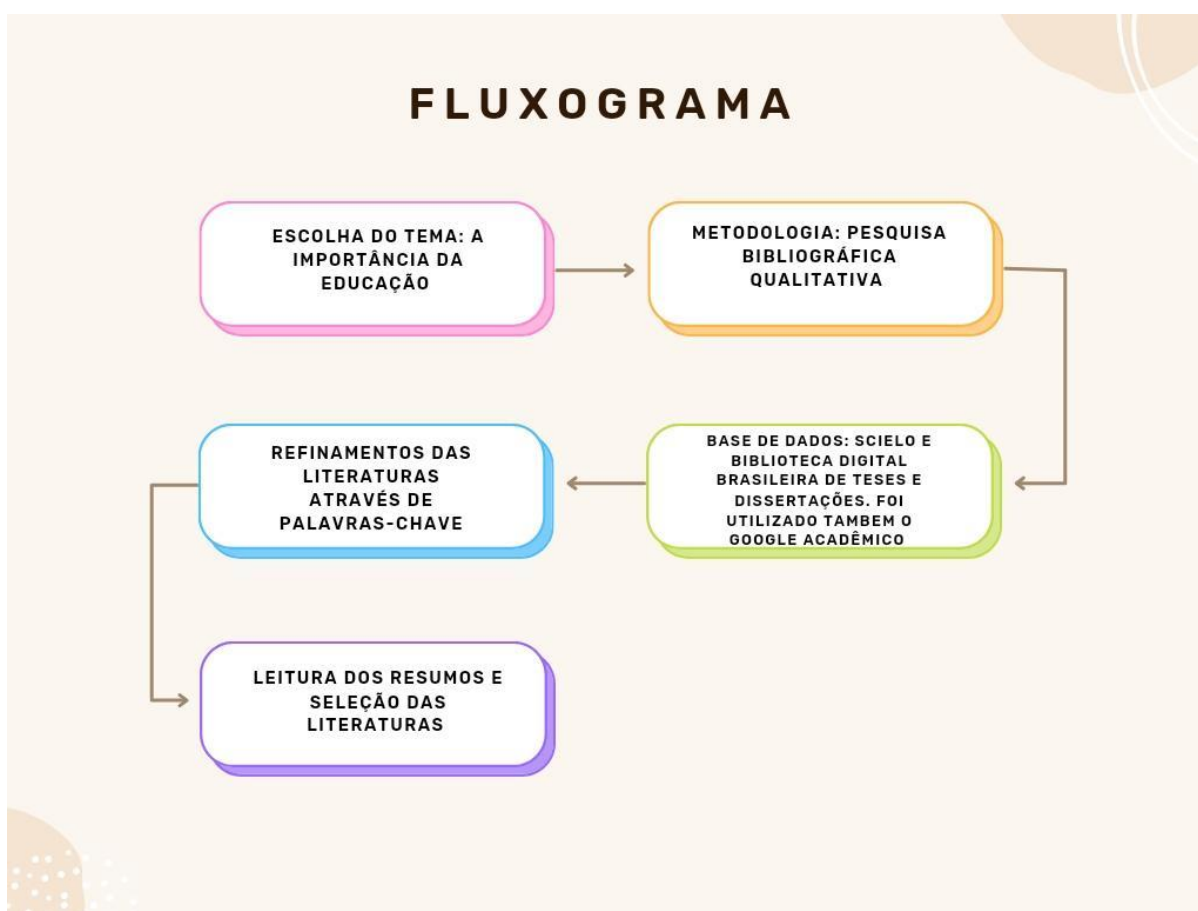
Inicialmente foi buscado materiais dos últimos dez anos de autoria brasileira, após encontrar literaturas de anos anteriores que também contribuiriam para a pesquisa, foram optado por selecioná-las.

Após o refinamento através das palavras-chave a escolha se deu pela lida dos resumos. A seleção dos escolhidos finais se deu após ler o resumo e perceber que o

mesmo seria interessante para esta pesquisa. Foram escolhidos setes literaturas brasileiras para agregar esta pesquisa.

Os materiais para análise que compõem esta pesquisa foram selecionados. A seleção foi realizada de maneira criteriosa, buscando a literatura que contribuísse com o assunto abordado.

Fluxograma - Etapas da metodologia da pesquisa



Fonte: próprio autor.

Quadro 1 – Literaturas escolhidas para a pesquisa

Literatura	Autor(es)	Ano	Base de dados
A qualidade da educação: perspectivas e desafios	Dourado e Oliveira	2009	SciELO
Contribuições da Psicologia à educação escolar: perpetuação ou transformação das desigualdades sociais	Souza	2022	SciELO
Direito fundamental à educação de qualidade social	Vieira	2016	BDTD

Governança e direitos fundamentais	Gonçalves e Veiga	2020	Google Acadêmico
Justiça social e modelos de educação: para uma escola justa e de qualidade	Estevão	2016	Google acadêmico
O acesso universal à Educação no Brasil: uma questão de justiça social	Trezzi	2022	SciELO
O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres	Libâneo	2012	SciELO
Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação	Araujo e Oliveira	2005	SciELO

Fonte: Próprio autor.

3 O DIREITO À EDUCAÇÃO

Nas últimas décadas vários documentos foram promulgados em relação ao direito à educação. Como afirma Vieira:

O direito à educação foi proclamado expressamente a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) em 1948 e reafirmado em uma série de documentos internacionais, tal como a Declaração de Jomtien, na Tailândia, em 1990, a Declaração das Nações Unidas para o Milênio (adotada em 2000 a qual afirma que, até 2015, todas as crianças deveriam concluir o ensino primário, mas não faz referência à qualidade desse ensino), e legislação nacional, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n 8.069/90), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n 9.394/96), Plano Nacional de Educação (PNE - Lei n 13.005/2014), entre outros, todavia seu conceito foi mudando com o passar do tempo (VIEIRA, 2016).

Atualmente, a educação é vista como um direito fundamental. No artigo 6º da Constituição Federal fica explícito “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Ao se falar em direito fundamental não se pode deixar de pensar em dignidade humana. Pois a garantia dos direitos fundamentais é a garantia que todos tenham sua dignidade respeitada. Como afirma Gonçalves e Veiga, “O direito traz uma proteção comum a todos os seres humanos, outorgando-lhes garantias indispensáveis para sua existência digna, o que se efetiva por meio do princípio da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental” (GONÇALVES; VEIGA, 2020).

Assim, a garantia do direito à educação é a garantia que o ser humano seja tratado como tal. Pois a dignidade humana não é uma característica particular do ser humano mas algo inerente do seu ser. Ainda segundo estes autores, “ o Direito à Educação se apresenta como um direito de extrema relevância, pois, através da efetivação desse direito, outros tantos se tornam possíveis, palpáveis por assim dizer (GONÇALVES; VEIGA, 2020).

Deste modo, o ferimento do cumprimento do direito à educação provocaria a impossibilidade de alcançar outros direitos. Pois a educação permite que a pessoa tenha acesso aos conhecimentos adquiridos ao longo da história da humanidade, se desenvolva em sociedade, prepara para o mercado de trabalho, dentre tantas outras vantagens (GONÇALVES; VEIGA, 2020).

A consideração do direito à educação como um direito humano e na Constituição Federal o mesmo ser considerado como um direito fundamental evidencia a sua importância. A garantia do direito à educação é algo essencial para o desenvolvimento do ser humano. Por isso, é preciso que os mecanismos utilizados para o alcance deste direito para todos sejam efetivamente aplicados (GONÇALVES; VEIGA, 2020).

3.1 Educação de qualidade

Atualmente tivemos várias conquistas em relação a garantia do direito à educação. Mas, somente a conquista de uma vaga escolar ou a permanência do aluno na escola não garante efetivamente este direito. Pois, deve ser assegurado o direito à educação de qualidade. Na Constituição Federal está definido que:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
[...]
VII – garantia de padrão de qualidade.
(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Assim, como está afirmado na Constituição um dos princípios da educação é a qualidade. Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) este princípio do ensino de qualidade também é declarado:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
[...]
IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
[...] (BRASIL, 1996)

Deste modo, como fica explícito no art. 4, inciso IX da Lei de Diretrizes e Bases da Educação a garantia real do direito à educação será assegurada quando houver padrões mínimos de qualidade.

Estes documentos demonstram a importância de se definir padrões únicos de qualidade, mas isso pode gerar grandes embates como afirmam os autores Dourado e Oliveira:

Tal questão apresenta, contudo, dificuldades e diferenças significativas no que concerne à definição de um padrão único de qualidade, envolvendo

questões em termos de variedade e de quantidades mínimas, por aluno-ano, insumos indispensáveis ao processo de ensino e de aprendizagem, custo-aluno, relação aluno-professor etc (Dourado e Oliveira, 2009).

Deste modo, é necessário considerar os diversos fatores envolvidos e estabelecer as condições mínimas para a melhoria da educação. Observando as políticas educacionais e os seus resultados (DOURADO, OLIVEIRA, 2009).

Araújo e Oliveira (2005) afirmam que a palavra qualidade pode ter diversos significados, podendo desencadear falsos consensos. No mundo dos negócios ela pode ser atribuída a dois sentidos. O primeiro é a qualidade relacionada a um produto. Neste sentido, o que importa é que o produto tenha a melhor qualidade possível. O segundo sentido, é buscar o melhor processo para atingir o que se é desejado, o enfoque está situado na qualidade do processo.

Na educação o sentido da palavra qualidade também pode ser atribuído há diversos significados. Uma das maneiras utilizada para determinar a qualidade da educação é a utilização de indicadores para medir. Neste sentido, a quantidade (de escola) que determina a qualidade (ARAUJO; OLIVEIRA, 2005).

Ainda segundo estes autores:

De um ponto de vista histórico, na educação brasileira, três significados distintos de qualidade foram construídos e circularam simbólica e concretamente na sociedade: um primeiro, condicionado pela oferta limitada de oportunidades de escolarização; um segundo, relacionado à idéia de fluxo, definido como número de alunos que progridem ou não dentro de determinado sistema de ensino; e, finalmente, a idéia de qualidade associada à aferição de desempenho mediante testes em larga escala (ARAUJO E OLIVEIRA, 2005).

O primeiro indicador está relacionado a vaga limitada, a educação desse modo era vista apenas para uma minoria. Portanto, não se adequando a atender a todos. Com as conquistas, resultados de várias lutas, de acesso à escola para a população surge o segundo indicador: a progressão, ou não, do aluno dentro da instituição (ARAUJO E OLIVEIRA, 2005).

Se antes, o problema era a falta de vagas, agora se tinha o problema da não adequação do aluno ao sistema de ensino ofertado. O ensino era pensado para uma determinada classe, com a expansão de ofertas de vagas isso se tornou um entrave, visto que recebiam diferentes alunos. Assim, o obstáculo passou a ser o sucesso do aluno na escola (ARAUJO E OLIVEIRA, 2005).

Afim, de se buscar meios da permanência e progressão dos alunos foram adotadas medidas como: a adoção de ciclos, aprovação automática e programas de aceleração de aprendizagem. Desse modo, não se buscou a qualidade mas a quantidade de aprovados (ARAUJO E OLIVEIRA, 2005).

A partir desta situação que surge o terceiro indicador, que é o uso de testes padronizados em longas escalas, como, por exemplo, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Apesar de serem muitos criticados esses exames nos trazem as desigualdades regionais e internas do acesso à educação no país (ARAUJO E OLIVEIRA, 2005).

A análise dos resultados desses exames em grande escala nos permite observar que embora o acesso à educação básica tenha tido relevantes avanços, há a questão da quantidade x qualidade. Pois é visto que o princípio da garantia ao acesso vem sido cada vez mais garantido, mas há ainda que se considerar o princípio da permanência e da qualidade do ensino (ARAUJO E OLIVEIRA, 2005).

O grande desafio, atualmente, é levar um ensino que seja realmente de qualidade. Buscando não apenas que os indivíduos concluam o ensino obrigatório, mas que seja oportunizado um ensino pautado no desenvolvimento. Visando proporcionar condições para se desenvolver em sociedade. Como afirmam Araújo e Oliveira:

Diante da quase universalização do acesso à etapa obrigatória de escolarização, bem como dos reiterados episódios trazidos pela imprensa e vividos no cotidiano escolar quanto aos alunos que estão na escola, mas não se apropriam do mínimo indispensável para viver em sociedade, parece que o grande desafio do atual momento histórico, no que diz respeito ao direito à educação, é fazer com que ele seja, além de garantido e efetivado por meio de medidas de universalização do acesso e da permanência, uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social (ARAUJO; OLIVEIRA, 2005).

3.2 A educação e a desigualdade

Muitas lutas ocorreram para o acesso à educação pública, obrigatória e gratuita para todos. Atualmente há a oferta de vagas e, então surge outro problema: a qualidade da educação ofertada. Segundo Souza:

a desigualdade de “acesso à escola” fundamental foi superada, com a criação de vagas para todos, mas não a de “acesso a uma educação de qualidade”. E então a trajetória muda: é preciso compreender as desigualdades produzidas na oferta da qualidade da educação nas escolas e criar formas de superá-las via políticas públicas (SOUZA, 2022).

A qualidade da educação pública ofertada cria um reproduzidor e produtor da desigualdade social perante a educação que a população mais rica recebe. Libâneo (2012) afirma que há uma “dualidade da escola pública brasileira atual, caracterizada como uma escola do conhecimento para os ricos e como uma escola do acolhimento social para os pobres” (LIBÂNEO, 2012).

Deste modo, o acesso à educação possui diferentes funções para estes grupos. Primeiramente, para os ricos a escola seria vista como um acesso aos conhecimentos construídos pela humanidade, na aprendizagem e nas tecnologias. Já para os pobres ela teria um caráter social, visando apenas a formação necessária para a sobrevivência (LIBÂNEO, 2012).

Segundo este autor esta visão social da escola teria início na Declaração Mundial para Todos, de 1990 e entre outros documentos criados com o auxílio do Banco Mundial.

Libâneo (2012) aponta que as estratégias propostas pela Declaração inicialmente podem ser consideradas boas, com a visão de escola para todos. Mas que a proposta original foi encolhida ao serem adotadas pelos países mais pobres, com variações. A visão de educação para todos passou para dos mais pobres, as necessidades básicas passou para necessidades mínimas, a atenção para a aprendizagem se tornou a atenção para o rendimento escolar e a melhoria das condições de aprendizagem se tornou o olhar para as condições internas da escola.

Neste sentido, o ensino se tornou apenas utilitário para as necessidades básicas do indivíduo. Buscando apenas soluções para os problemas da vida prática. Exemplifica Libâneo “Em síntese, a aprendizagem transforma-se numa mera necessidade natural, numa visão instrumental desprovida de seu caráter cognitivo, desvinculada do acesso a formas superiores de pensamento” (LIBÂNEO, 2012)

Ao adotar a política do Banco Mundial para a educação, a escola passa a ter duas funções para os países mais pobres: atender as necessidades mínimas dos indivíduos e ser um espaço de interações sociais (LIBÂNEO, 2012).

A escola, desta maneira, teve sua função distorcida. Passando a ser utilitária e ser apenas um espaço de socialização. Esquecendo assim, da função da apropriação dos conhecimentos adquiridos pela humanidade. Como afirma Libâneo:

Assim, a escola que sobrou para os pobres, caracterizada por suas missões assistencial e acolhedora (incluídas na expressão educação inclusiva), transforma-se em uma caricatura de inclusão social. As políticas de universalização do acesso acabam em prejuízo da qualidade do ensino, pois, enquanto se apregoam índices de acesso à escola, agravam-se as desigualdades sociais do acesso ao saber, inclusive dentro da escola, devido ao impacto dos fatores intraescolares na aprendizagem (LIBÂNEO, 2012).

Esse dualismo da gestão pública ser para os pobres e a gestão particular para os ricos, vem da injustiça escolar que está enraizada em nosso país. Trezzi afirma que:

Pode ser uma generalização apressada dizer que o simples fato de haver desigualdade na caracterização das escolas é suficiente para definir a injustiça escolar. Essa manifesta-se quando a desigualdade permite que determinados segmentos da sociedade tenham acesso – não por mérito – a uma Educação com mais qualidade, em relação a outros segmentos. Contudo, mais injusta é a escola, quando se normaliza o discurso de que essa desigualdade é natural. A despeito de a desigualdade social ser inevitável, quando é naturalizada, ela não é assumida apenas pelo discurso, mas, também, pelas ações da sociedade organizada. Com isso, a injustiça institucionaliza-se (TREZZI, 2022).

Desta maneira, a injustiça está institucionalizada, a desigualdade na educação é tratada como algo natural. O acesso que determinados grupos recebem a um tipo de educação é visto como inevitável, havendo uma segregação (TREZZI, 2022).

Neste sentido, é preciso buscar uma escola justa. Como caracteriza Estevão:

Uma escola justa e de qualidade deve mobilizar a justiça escolar como igualdade de tratamento, quer no acesso, quer no sucesso, quer na possibilidade de permanecer no sistema, não descurando nunca a promoção ora da justiça como redistribuição (que se prende com a justiça das notas, das avaliações, das orientações, dos apoios...) tendo em vista a igualdade entre todos (ESTEVÃO, 2016).

É preciso considerar não apenas o acesso à educação, mas a garantia que o aluno consiga permanecer na escola até a sua conclusão. É importante que a dualidade da educação, afirmada por Libâneo, seja superada. O ensino não pode ser apenas reduzido apenas ao mínimo para “sobrevivência”, mas é necessário que todos possam ter acesso aos conhecimentos adquiridos pela sociedade ao longo da história

da humanidade e que a educação seja de qualidade. As desigualdades que a educação ofertada causam precisam ser superadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica permitiu analisar a importância do direito à educação. Compreendendo que o mesmo é um direito fundamental e negar o mesmo seria negar também a dignidade humana. Além disso, o impedimento desse direito provocaria a impossibilidade de alcançar outros direitos.

Ao se falar em direito à educação não basta apenas a garantia de uma vaga na escola, mas também que ele seja de qualidade. Atualmente, o acesso às vagas foram ampliadas, então o problema atual na educação é que haja efetivamente um ensino de qualidade para todos.

A educação possui diferentes funções: assistencialista e propagadora dos conhecimentos adquiridos pela humanidade. Para os menos favorecidos é destinado o ensino apenas prático para sua “sobrevivência”, para os com melhores condições financeiras são disponibilizados todos os conhecimentos e tecnologias.

Mediante a realização deste trabalho, conclui-se que a educação é um direito que deve ser realmente garantido. Pois é ela que visa a formação humana, preparando para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho. A educação proporciona que o indivíduo adquira novas habilidades e o seu acesso negligenciado pode provocar exclusão.

Mas é preciso, como dito acima, não apenas uma vaga na escola. É preciso que a educação tenha qualidade. Ao se definir padrões de qualidades mínimos, é importante que não seja levado em consideração apenas o mínimo para sobrevivência. Mas que esse ensino permita o desenvolvimento integral do indivíduo.

A educação pode ser um instrumento para adquirir novos conhecimentos e habilidades e assim, ser uma oportunidade do indivíduo adquirir um melhor padrão de vida. Ela pode ser uma porta de acesso para várias possibilidades. Mas também pode ser um instrumento de segregação, de perpetuação da desigualdade.

Isso ocorre devido ao dualismo que existe na educação, os diferentes significados de educação para determinados grupos sociais. Criando assim, um abismo para que a desigualdade não seja amenizada. Com certeza a educação não é o único meio de melhorar a desigualdade, mas a mesma possui um poder imenso para a redução.

Uma das limitações encontrada nesta pesquisa foi o padrão de qualidade, aqui não se cabe a autora querer definir quais seriam os padrões mínimos. A educação ela

acompanha o contexto histórico, por isso ao se pensar em qualidade na educação, deve ser levado em consideração em qual sociedade estamos vivendo e qual seria a educação necessária para que o indivíduo consiga desenvolver plenamente nela.

Para futuras pesquisas, sugiro um aprofundamento em como a educação pode contribuir (ou não) para a perpetuação da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28º Ed., 1993.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.
BRASIL
- BRITO, S.H.A. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). In: LOMBARDI, J. C. (Org.). **Navegando na história da educação brasileira**. Campinas, SP: Unicamp, 2006. V. 1. 1-24 p
- CUNHA, C. da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J.F. de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>. Acesso: 24 jul. 2023.
- ESTEVÃO, C. Justiça social e modelos de educação: para uma escola justa e de qualidade. **Revista Diálogo Educacional**, v. 16, n. 47, p. 37-58, 2016.
- GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, p. 1-11, 2005.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.
- GONÇALVES, R.M.; VEIGA, F.S. **Governança e Direitos Fundamentais**. Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos. Porto, 2020.
- GONZÁLEZ, F. E. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 17, p. 155–183, ago. 2020.
- GUIMARÃES, C.S. A educação no Brasil após a redemocratização (1985 2002). **Revista Fundamentos**, Teresina: Universidade Federal do Piauí, v. 2, n. 1, 2015.
- LIBÂNEO, J.C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001> . Acesso em: 14 de ago. 2023.
- OLIVEIRA, R.P; ARAUJO, G.C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação** [online], n. 28, p. 5-23, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100002>. Acesso: 23 jul. 2023.
- PASINATO, D. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). **Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3647>. Acesso em: 13 ago. 2023

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 12ª. Edição. São Paulo, Cortez Editora/ Autores Associados, 1992.

SANTOS, C.S.; SILVA, A.P. História da Educação no Brasil: tentativas de estruturação e organização escolar no período imperial. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**, v. 5, n. 1, p. 39-53, 2019. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/367> . Acesso em: 21 de jul. de 2023.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023

SOUSA, A.S.; OLIVEIRA, S.O.; ALVES, L.H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUNCAMP**, v. 20, n.43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336> . Acesso em: 22 de jul. de 2023.

SOUZA, M.I.S. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981

SOUZA, V.L.T. **Contribuições da Psicologia à educação escolar: perpetuação ou transformação das desigualdades sociais?**. Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2022, v. 39 [Acessado 10 Abril 2023], e200178. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/19820275202239e200178>>. Epub 07 Mar 2022. ISSN 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200178>

TREZZI, C. O acesso universal à Educação no Brasil: uma questão de justiça social. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online], v. 30, n. 117, p. 942-959, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003552>. Acesso: 10 abr. 2023

VIEIRA, F. **Direito fundamental à educação de qualidade social**. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/3600> . Acesso em: 1 mai. 2023